

Os aspectos multidimensionais no território camponês: um estudo sobre as territorialidades no Assentamento 72 em Ladário, MS

*Multidimensional aspects in peasant territory: a
study on territorialities in Assentamento 72 in
Ladário, MS*

*Aspectos multidimensionales en el territorio
campesino: un estudio sobre territorialidades en el
Assentamento 72 en Ladário, MS*

João Pedro Ferraz Zanetoni

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

joao.zanetoni@ufms.br

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

milton.mariani@ufms.br

Geraldino Carneiro de Araújo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

geraldino.araujo@ufms.br

Resumo: O território camponês é marcado pelas relações de existência dos camponeses, que se manifestam de forma multidimensional. Este trabalho utiliza os preceitos da Abordagem Territorial somadas a metodologia da Investigação-Ação-Participativa (IAP) e da História Oral, com o objetivo de compreender, de forma multidimensional (política, econômica, ambiental e sociocultural), as territorialidades construídas historicamente no

Assentamento 72, em Ladário MS. A pesquisa é exploratória e qualitativa, tendo identificado quatro atores territoriais com relevância no território: Grupo Bem-Estar, Associação dos Moradores do Assentamento 72, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Embrapa Pantanal. Os resultados permitiram uma ampla compreensão das dinâmicas entre os atores e o território, além da identificação das formas de organização, produção e comercialização de produtos cultivados pelos camponeses, além de conflitos internos e possíveis caminhos futuros a serem trilhados – desde que respeitem a vontade dos camponeses.

Palavras-chave: Território Camponês. IAP. História Oral. Organização.

Abstract: Peasant territory is marked by the peasants' relationships with each other, which manifest themselves in multidimensional ways. This work uses the precepts of the Territorial Approach combined with the methodology of Participatory Action Research (PAR) and Oral History to understand, from a multidimensional perspective (political, economic, environmental, and sociocultural), the historically constructed territorialities of Assentamento 72, in Ladário, MS. The research is exploratory and qualitative, having identified four relevant territorial actors in the territory: Grupo Bem-Estar, Associação dos Moradores do Assentamento 72, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), and Embrapa Pantanal. The results allowed a broad understanding of the dynamics between these actors and the territory, in addition to identifying the forms of organization, production, and marketing of products cultivated by the peasants, as well as internal conflicts and possible future paths to be taken—as long as they respect the peasants' will.

Keywords: Peasant Territory. PAR. Oral History. Organization.

Resumén: El territorio campesino está marcado por las relaciones entre los campesinos, las cuales se manifiestan de maneras multidimensionales. Este trabajo utiliza los preceptos del Enfoque Territorial combinados con la metodología de la Investigación–

Acción Participativa (IAP) y la Historia Oral para comprender, desde una perspectiva multidimensional (política, económica, ambiental y sociocultural), las territorialidades históricamente construidas del Assentamento 72, en Ladário, MS. La investigación es exploratoria y cualitativa, habiendo identificado cuatro actores territoriales relevantes en el territorio: Grupo Bem-Estar, Associação dos Moradores do Assentamento 72, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) y Embrapa Pantanal. Los resultados permitieron una amplia comprensión de las dinámicas entre estos actores y el territorio, además de identificar las formas de organización, producción y comercialización de los productos cultivados por los campesinos, así como los conflictos internos y los posibles caminos futuros a seguir, siempre que se respete la voluntad campesina.

Palabras clave: Territorio Campesino. IAP. Historia oral. Organización.

Introdução

A área pesquisada localiza-se na zona rural do município de Ladário no estado de Mato Grosso do Sul (MS), cujo território abarca parte do Pantanal Sul-mato-grossense, integrando a Bacia do Rio Paraguai (Costa, 2013). O município de Ladário, MS, está situado no sul da região Centro-Oeste do Brasil, na Microrregião do Baixo Pantanal, e é na região rural do município que se localiza o Assentamento 72, objeto de estudo desta pesquisa.

A partir da década de 1960 viu-se uma onda de profundas transformações na agricultura e nos espaços rurais, desde mudanças que tangem à dimensão econômica até mudanças no controle e na gestão dos espaços rurais, que cada vez mais foram monopolizados por grandes latifundiários portadores de capital (Wanderley, 2015). Tais mudanças causaram impacto direto em pequenos agricultores camponeses, que passaram a ter menos trabalho e acesso à terra, o que gerou diversos conflitos de ordem territorial. Um dos resultados foi a criação de assentamentos rurais (Bizerra; Fernandes, 2021).

O Assentamento 72 foi criado a partir dessa luta de camponeses por espaço para a territorialização. A agricultura camponesa é fruto de um acúmulo histórico de mais de 10 mil anos de aprendizado humano que tem como principal base a relação de coexistência com o meio em que vive. Muito além de um modo de produção, essa relação representa socialmente o que é ser camponês, um modo de vida. Além disso, as decisões quanto às formas de organizar o trabalho são estabelecidas priorizando a autonomia da unidade produtiva (Wanderley, 2015).

Em todo esse cenário tem-se o espaço rural e a forma de apropriação dele. Um território é construído a partir de relações sociais, culturais, políticas e históricas que ocorrem em um recorte de espaço; essas relações são definidas em termos políticos e político-institucionais, econômicos e socioeconômicos, culturais e simbólico-imateriais (Fuini, 2014; Saquet, 2015), evidenciando territorialidades, que são o acúmulo do esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e pertencer a uma parcela específica de seu ambiente de vida (Ramos; Borges, 2021).

Nesse sentido, é necessária uma abordagem que apresente uma visão ampla das territorialidades construídas historicamente em assentamentos

rurais, podendo assim contribuir para o desenvolvimento dos territórios camponeses. Abordagens nesse sentido buscam identificar as diversas relações existentes nas territorialidades dos camponeses, principalmente pautadas em dimensões que mostram a organização, participação da comunidade, a produção e comercialização dos produtos, os impactos e relações com o meio ambiente, a proximidade entre os camponeses, os fatores simbólicos etc. (Monteiro, 2021; Moraes; Almeida, 2021).

Na presente pesquisa, princípios da Investigação-Ação-Participativa (IAP) são utilizados para um aprofundamento no território (Fals Borda, 1999), além da abordagem territorial, que está vinculada a toda história e saberes dos camponeses (Fuini, 2014; Vaz De Souza; Sousa Moreira, 2014; Saquet, 2014; 2018). Nesse sentido, o objetivo do trabalho é compreender, de forma multidimensional (política, econômica, ambiental e sociocultural), as territorialidades construídas historicamente no Assentamento 72, em Ladário, MS. Este estudo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAD/ESAN/UFMS).

Referencial teórico

A partir da década de 1960, o conceito de território assume um papel crucial para a compreensão das relações de poder nas entranhas dos processos de apropriação do espaço, esse papel é ainda mais relevante em um país de grande extensão territorial (Brasil), que consagra uma dinâmica territorial marcada por mobilidade inter-regional e fortes desigualdades e diferenciações regionais. Na atualidade, o conceito de território e as discussões a ele relacionadas são cada vez mais presentes em trabalhos acadêmicos explicando, de diferentes formas, e de maneira multidimensional, como é feita a apropriação do espaço e a constituição do território (Fuini, 2017).

A partir dessa perspectiva, ao propor uma discussão do território e de suas territorialidades, coloca-se em destaque a importância desses conceitos como componentes-chave para se compreender como a sociedade se organiza. Além disso, iluminam o caminho para o debate sobre a importância dos sujeitos no controle de suas ações referentes ao espaço em que vivem (Moraes, 2018).

Essas definições são importantes para entender que o território é fruto de uma larga escala de fatores, que transitam em diferentes dimensões, os quais lhe conferem diferentes significados, mas que estão sempre em sintonia com o todo. De acordo com Saquet (2015) a abordagem multidimensional compreende que o território é fruto das diferentes relações de poder, de conflitos, de desigualdades, de redes, entre outros diferentes aspectos que abrangem relações econômicas, políticas e culturais. O autor acrescenta uma dimensão natural/ambiental, que diz respeito às dinâmicas relacionais que envolvem o espaço físico e os impactos causados no meio ambiente (Saquet, 2015).

O território não é apenas material, ele é a história, a cultura, a identidade, os símbolos e o ambiente, e é nele que se constroem as relações de pertencimento (Morais, 2018). Isso abre o caminho para entender como os atores sociais criam essas relações de identidade e pertencimento. Segundo Haesbaert (2020), os grupos de longa data transformam o espaço em território no sentido de território de vida, elaborando territorialidades que são sua condição de existência. Territorialidade, então, é o agir social dos atores no território a partir da mediação simbólica, cognitiva e prática.

Três aspectos podem sintetizar as definições apresentadas, compreendendo que o território é (I) construído de forma histórica e relacional, (II) composto por atores sociais que se encontram, organizam, produzem e se reproduzem socialmente (III) gerando territorialidades (relações) que se manifestam de forma multidimensional. Esses elementos podem ser observados e dão base para compreender a forma como as pessoas se organizam socialmente no espaço. Essa abordagem de estudo é conhecida como Abordagem Territorial (Saquet, 2014). Segundo Moraes (2018), essa abordagem permite compreender como se dá o controle do território, as estratégias utilizadas pelos atores sociais e as relações que surgem ao longo do tempo.

Dois trabalhos de Saquet (2014; 2018) discutiram a abordagem territorial. No primeiro, o autor destaca o aspecto relacional e acrescenta o caráter histórico, deixando claro que o território se forma de modo não linear, por meio das relações que se constroem nos diferentes momentos históricos dos indivíduos. No segundo, acrescenta as questões de conflitos e heterogeneidade, que também compõem o território e devem ser considerados do ponto de vista metodológico.

Dentre todas as questões mais abrangentes, a perspectiva relacional é a que mais se destaca. É preciso compreender as relações que se formam nos territórios. Nesse sentido, Vaz de Moura e Sousa Moreira (2014) pontuam algumas questões que devem ser observadas nos estudos que utilizam a abordagem territorial. Segundo os autores, esses pontos são indicativos que devem estar presentes nas análises territoriais, principalmente quando se pensa em estratégias de desenvolvimento territorial: quais atores estão envolvidos e em que? Quais estratégias são utilizadas? Qual é o nível de intervenção dos diferentes atores? Quais os atores e recursos são mais importantes? Como se configuram/organizam os espaços de atuação dos atores? Esses pontos compreendem tanto como se organizam, como também como se relacionam os atores territoriais.

Outra importante característica é a multidimensionalidade das relações. Fuini (2014) propõe elementos metodológicos multidimensionais dos atores e das relações, com quatro dimensões (política, econômica, ambiental e sociocultural), que permitem compreender diversas relações históricas dos atores e como se configura a organização, a produção, utilização dos recursos naturais, manifestações culturais e de pertencimento, etc. A abordagem territorial foi utilizada de diferentes formas e contextos (Araújo et al., 2023), em trabalhos com camponeses - foco da presente pesquisa -, que apontam para a forma como as comunidades se organizam e organizam a produção em seu espaço (Monteiro, 2021; Moraes; Almeida, 2021).

Materiais e métodos

A presente pesquisa seguiu princípios da Investigação-Ação-Participativa (IAP). A IAP é uma metodologia de pesquisa fundamentada nas discussões do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, e se trata de uma forma de articular a pesquisa com a ação (Fals Borda, 1999). O pesquisador assume um papel ativo junto à comunidade, buscando a valorização dos saberes, sentimentos e modos de vida dos grupos com os quais interage no curso do fazer científico (Fals Borda, 1973).

Muito além de ir a campo e ter contato com os sujeitos e atores territoriais, a IAP é um método de fazer pesquisa em que pesquisador e sujeitos

participantes assumem um compromisso de desenvolver ações (Fals Borda, 1973; 1975). As ações defendidas pelo método são resultadas que impactam as comunidades, conferindo-lhes emancipação, assim, os resultados desse tipo de pesquisa residem muito mais nas interações entre pesquisador e território do que em uma estrutura de pesquisa rígida e pré-estabelecida (Fals Borda, 1970; 1999). Ainda assim, não se trata de uma pesquisa sem rigor (Velásquez; Mendoza; Hidalgo, 2021); nesse sentido, etapas foram seguidas.

O primeiro passo foi identificar os atores envolvidos no cotidiano do assentamento, e que seriam os sujeitos da pesquisa. Tal etapa se configura em uma pesquisa bibliográfica, que identificou quatro atores: Associação de Moradores do Assentamento 72; Grupo Bem-Estar; UFMS (Câmpus do Pantanal - CPAN) e Embrapa Pantanal (Feiden; Juliano; Costa, 2020; Costa; Martins; Cunha, 2021; Feiden et al., 2022). Sempre que os nomes do professor da UFMS e do especialista da Embrapa forem citados nas falas, serão substituídos por “Professor” e “Especialista”, respectivamente.

A pesquisa não contou com roteiro definido, mas os preceitos da Abordagem Territorial foram utilizados como diretrizes para entender o contexto político (organização, participação da comunidade), econômico (produtos, comercialização), ambiental (relações com a natureza/terra) e sociocultural (proximidade entre os camponeses, fatores simbólicos) (Fuini, 2014; Vaz De Souza; Sousa Moreira, 2014; Saquet, 2014; 2018). Desse modo, um diálogo foi estabelecido com o presidente da Associação de Moradores, a líder do Grupo Bem-Estar, o Professor da UFMS e o Especialista da Embrapa. Todas as conversas com os sujeitos da pesquisa ocorreram em maio de 2022, ocasião em que se deu o contato direto com os camponeses do assentamento.

A IAP defende que o contexto histórico das comunidades é de extrema importância e deve ser levado em consideração para formulação da ação (Bringel; Maldonado, 2016). Nesse sentido, foi utilizada a história oral para a compreensão dos aspectos territoriais descritos, articulados com o contexto histórico. A história oral é uma técnica de coleta de dados que se caracteriza pela realização de entrevistas com atores sociais que são capazes de testemunhar e relatar acontecimentos, relações e organizações (Silva; Silva, 2020). Neste trabalho, foi utilizada a história oral temática, que é desenvolvida a partir de uma discussão focada em um objeto/tema, mas deixando espaço para que outros surjam (Meihy; Holanda, 2015). A história oral permite uma

exploração mais profunda de todo o contexto interno como apontado por Arbarotti e Martins (2019), Silva e Silva (2020) e Moreira (2020), que utilizaram o método em assentamentos rurais.

A análise dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo somadas às técnicas da história oral. Bardin (2015) define três etapas no processo de análise de conteúdo: I) pré-análise, II) exploração do material e III) análises (tratamento dos resultados e interpretações). Na etapa de pré-análise foi elaborado o corpus textual, com base nas técnicas da história oral. Segundo Tourtier-Bonazzi (2006), a transcrição das entrevistas de história oral deve seguir os seguintes critérios: (1) a transcrição deve ser feita pelo próprio entrevistador, o quanto antes; (2) as passagens pouco audíveis devem ser colocadas entre colchetes; (3) as dúvidas e os silêncios devem ser assinalados por reticências; (4) as pessoas citadas devem ser designadas por iniciais (se necessário); (5) as palavras com forte entonação devem ser destacadas em negrito (6) anotações como risos devem ser indicadas; (7) incluir subtítulos para facilitar a leitura e (8) os erros flagrantes devem ser corrigidos: datas, nomes próprios etc.

Trata-se, portanto, de uma etapa exaustiva. A média de tempo de cada entrevista realizada foi de 65 minutos, a transcrição totalizou, em média, seis páginas de texto em documento Word. Tanto a exploração do material quanto as análises foram conduzidas utilizando, principalmente, as falas dos atores territoriais - procedimento muito relevante para análise de dados utilizando história oral (Zanetoni; Araújo; Mariani, 2024) -, somadas a inferências e interpretações dos autores.

Resultados e discussões

Nessa parte do texto serão apresentados os resultados dos diálogos propostos junto aos camponeses do Assentamento 72. Primeiro é traçado um breve retrato da história identificada nas narrativas, posteriormente, serão discutidas as manifestações territoriais encontradas no campo e, por fim, serão feitas discussões com vista a possíveis caminhos a serem trilhados.

O retrato histórico do Assentamento 72

O Assentamento 72 foi criado pelo INCRA no final da década de 1990, fruto da luta e conquista dos camponeses. Termos como "conquistamos" ou "família", que surgem nos diálogos, mostram princípios da união camponesa e da coletividade que também marcam a criação do assentamento. Relatos similares são encontrados em Ramos e Borges (2021). Sobre a população do Assentamento 72, o diagnóstico realizado por Costa, Zarate e Macedo (2012), destaca uma população em torno de 280 pessoas, com média de 3,2 pessoas por residência em um total de 85 lotes. Contudo, as entrevistas mostram que com o passar do tempo a evasão foi considerável, sendo que hoje metade dos lotes estão ocupados. Outra característica é o fato de "[...] possuírem uma heterogeneidade muito grande de origens e procedências [...]" (Professor da UFMS). Dessa forma, apesar de existir uma parcela de camponeses da região de Ladário, alguns vieram de outras regiões, ou seja, há uma diversidade de origens e de percepções de mundo (Oliveira, 2015).

A produção nos anos iniciais do assentamento era pautada na pecuária. A transição da pecuária para a agricultura se deu por meio de uma série de experiências fracassadas com órgãos e atores externos, cujos contextos foram observados nas entrevistas. Os camponeses conquistaram seu território, mas enfrentaram uma extrema desconfiança por parte de órgãos públicos do município, que cobravam os assentados por produção nos lotes (Cunha et al., 2018). Além desses, outro problema enfrentado pelos camponeses no assentamento é a falta de água. Nas falas é possível identificar que o problema com a água vem desde o princípio do assentamento e não foi solucionado até o dia de hoje:

A relação com o INCRA era até boa no começo, mas depois foi mudando. Mandaram furar poços aqui pra gente, mas mentiram pra gente porque falaram que era poço artesian, mas não era... nenhum deles era. Vamos pegando conhecimento e descobrimos que não era. Aí eles abandonaram a gente aqui. Demorou uns três anos para furarem os poços, [...]. Furaram cinco poços aqui, mas hoje em dia só dois que funcionam, três secaram porque não tinha água boa (Presidente da Associação de Moradores). Temos problema com água, problema com energia [...]. Nós não queremos caridade do prefeito não, só queremos água, que mande água pra gente. Tem um projeto de mandar água do rio pra cá, mas nunca sai do lugar. Entra prefeito e está no papel, sai prefeito e está no papel... Nem que fique mais caro a conta

de água, mas pelo menos a gente sabe que acordaremos cedo e teria água na torneira (Presidente da Associação de Moradores).

Esse contexto de desconfiança para com qualquer agente externo dificultava as relações até mesmo entre os próprios camponeses, levando a união entre os assentados a diminuir, o que enfraqueceu a associação e agravou as condições de vida. Porém, ocorreu uma aproximação de um pesquisador do Câmpus do Pantanal da UFMS, iniciada em 2010, que resultou no projeto “Alternativas para o desenvolvimento territorial rural do Assentamento 72, em Ladário-MS, na região do Pantanal” (Kukiel; Costa; Mariani, 2016). Contudo, a narrativa sobre o início do projeto também revela desconfiança, que era predominante no assentamento:

O pessoal não queria, marcamos reuniões três vezes lá e ninguém foi. Como eu tenho certa experiência vivendo no campo, eu falava com eles mais abertamente. A partir daí apareceram dezesseis pessoas em março. Reunimos o pessoal e expliquei do que se trava e então começamos os trabalhos lá. [...] convencer eles que éramos sérios não foi fácil. A experiência começou assim (Professor da UFMS).

Nesse cenário, a primeira reação dos moradores para com o projeto foi relativamente hostil, porque foi aplicado muito dinheiro que nunca chegou lá, em outro momento, quando aplicado, foi dessa forma que não funcionava. Quando falamos na primeira reunião que não tínhamos dinheiro para distribuir, apenas vinte pessoas vieram na segunda reunião (Especialista da Embrapa).

Quando a UFMS chegou com a proposta essa desconfiança já existia, mas eles de fato nos acompanharam, seguiram junto até hoje. O Professor faz parte da história do assentamento, mas no começo existia muita desconfiança. [...] (Líder do Grupo Bem-Estar).

Mesmo com uma recepção desconfiada e temerosa, uma vez iniciadas as atividades do projeto, é posto em prática o que se tornou uma das atividades mais importantes do assentamento, ao menos, para uma parcela dos camponeses: a agroecologia. Trata-se de uma forma de produção sem utilização de agrotóxicos, respeitando os processos naturais e aderindo à comercialização direta (Dourado, 2021). No assentamento “[...] a agroecologia entrou como uma alternativa já que eles não tinham nenhuma produção considerável [...]” (Professor da UFMS). Inicialmente os camponeses não tinham conhecimento da prática, o que gerou um receio entre os participantes. Porém, com o apoio das

peessoas envolvidas com o projeto, a agroecologia se tornou uma realidade no assentamento:

Adquirimos alguns materiais para as hortas modelos, e começamos a ter reuniões mensais onde cada reunião era uma capacitação e o pessoal começou a produzir. Com muita negociação, articulada pela Universidade, conseguiram incluir os moradores na feira livre local, que era controlada por bolivianos sem abrir espaço para outros produtores. Uma vez na feira, eles conseguiram boas vendas (Especialista da Embrapa).
[...] os professores ajudavam muito a gente, ajudam ainda. Não sabíamos como fazer a plantação, mas aprendemos. Nós tínhamos um canteiro grande de plantação. Eu tinha muito orgulho do pé alface que eu plantava e colhia (Presidente da Associação de Moradores).

Nem todos os camponeses do assentamento aderiram a agroecologia, e mesmo ela se tornando uma das principais formas de produção no assentamento, outras questões não se resolveram, como o atrito com o poder público e a deterioração da associação de moradores. Ainda assim, é a partir da agroecologia que surge o Grupo Bem-Estar, que é uma associação informal entre camponeses que produzem de forma agroecológica. Esse breve retrato histórico destaca algumas questões que serão aprofundadas na sequência.

As territorialidades no Assentamento 72

As territorialidades **políticas**¹ dizem respeito à forma como os camponeses se organizam em seu território e se expressam por meio de relações de poder que compõem as dinâmicas territoriais. A conquista das terras decorre da organização entre os moradores, construída a partir de um objetivo em comum e pautada na coletividade, na solidariedade e na ajuda mútua, havia “[...] uma ação onde as famílias do grupo se ajudavam [...]” (Líder do Grupo Bem-Estar), e a participação era constante: “Todos participavam, todas as reuniões que tinham iam todos [...]” (Presidente da Associação de Moradores). Esses princípios são territorialidades

¹ Os termos em destaque (negrito) são para reforçar que se trata das dimensões de análise dos dados da pesquisa - política, econômica, ambiental e sociocultural -, como explicado no item “Materiais e Métodos”.

camponesas que se consolidaram por meio das relações entre os camponeses (Almeida; Mattos Junior, 2021; Azar; Silva; Silva, 2021).

No Assentamento 72, estruturou-se uma associação de moradores para continuarem a expressar seus interesses, formalizando o início do assentamento. Isso ocorreu rapidamente, visto que após a concretização do assentamento, os órgãos do Estado exigiam a constituição de associações (Mitidiero Junior, 2011). O resultado disso foi um acúmulo de questões mal resolvidas marcadas por falta de cooperativismo, de solidariedade e de honestidade, como se observa nas falas:

[...] corremos atrás de abrir uma associação para poder vir ajuda, correr atrás de recurso... e até vinha, mas tinha muitas pessoas que não era honesta. Assumiram a associação e às vezes faziam cobranças que nem era de ser feita da gente, cobrava preço além do que o que o grupo pagava para a associação [...] quem não paga não tem direito de reclamar ou falar nada (Presidente da Associação de Moradores). Tem a associação do assentamento, mas é mais para aquisição de máquinas e plantio. Era mais para coisas relacionadas à produção. Ela ainda existe, é mais antiga. [...] é mais política, são assuntos relacionados aos lotes e conseguimos verbas. A associação enfraqueceu muito. [...] ela tinha trator, tinha recursos destinados a ela. O presidente pegava o trator, usava em benefício próprio (Líder do Grupo Bem-Estar).

Associações de moradores, em teoria, estruturam-se como a manifestação formal da organização coletiva de moradores, ou seja, nascem a partir de um sentido coletivo (Monteiro, 2021). No Assentamento 72, a associação surgiu como uma formalidade imposta pelo órgão que regulamenta o assentamento (INCRA) e não de forma orgânica. Esse tipo de imposição tende a aumentar a quantidade de conflitos, que se acumulam em vez de se resolverem, e não fomenta o desenvolvimento do território (Almeida, 2021). Essas questões desgastaram a associação de moradores, que passou a ser definida como “política”, em um sentido burocrático. Em suma:

Juntaram essas pessoas, montaram uma assembleia e foram embora, essas pessoas não tinham noção, não sabiam o motivo da existência da associação. Jogaram muita coisa complexas como administração do sistema de água, e as pessoas não estavam capacitadas para fazer isso. O resultado

é que surgem dois movimentos, um deles é a eleição de alguém para ser o presidente para resolver os problemas e apenas deixam ele lá, o outro é alguém assumir tudo por si só, tomar poder e se apropriar de tudo (Especialista da Embrapa).

O acúmulo de questões mal resolvidas envolvendo a Associação de Moradores do Assentamento 72 desestruturou as dinâmicas coletivas, fomentou comportamentos individualistas e fez com que o coletivo deixasse de ser prioridade. Esse é um efeito desse tipo de dinâmica em assentamentos rurais, e é o principal traço político das territorialidades no Assentamento 72 nos primeiros anos: o rompimento do coletivo e o foco no individualismo (Almeida, 2021).

Com o início do projeto (em torno de 2010/2011), os camponeses que aderiram às práticas agroecológicas uniram-se e constituíram um grupo de produtores agroecológicos no assentamento, chamado de Grupo Bem-Estar. O grupo, uma associação de moradores informal, constituída por produtores agroecológicos, foi criado em 2015, alguns anos após o início das atividades do projeto, e até aquele momento os camponeses não possuíam uma associação coletiva que funcionasse na prática. O grupo surgiu da percepção dos camponeses de que a união entre eles poderia alavancar as vendas, ampliando os espaços de comercialização.

A organização do grupo funciona por rodízio. Existem três posições de liderança formalizadas no grupo (líder, vice-líder e suplente), contudo, todos do grupo participam ativamente, e as decisões são tomadas em conjunto. Associações que surgem de forma orgânica evidenciam o papel da solidariedade e organização dos camponeses (Azar; Silva; Silva, 2021). As decisões são tomadas por meio de debate e orientadas pelo objetivo comum do grupo, o que é uma realidade em vários grupos informais de camponeses (Guareski *et al.*, 2019).

Além disso, dois pontos são importantes a destacar. O primeiro é que por mais que o grupo se organize e se oriente pensando no coletivo, existe uma dependência muito grande dos coordenadores do projeto, tanto o Professor da UFMS quanto o Especialista da Embrapa. O segundo ponto é que não são todos os camponeses do Assentamento 72 que praticam a

agroecologia e participam do grupo, atualmente o Grupo Bem-Estar conta com sete famílias produtoras.

Os diálogos com os atores também permitiram identificar as principais características de produção e comercialização dos produtos, além das tecnologias e estratégias utilizadas, entre outras questões da dimensão **econômica** do assentamento. Existe uma heterogeneidade de produções no assentamento até os dias de hoje, ocorre que alguns moradores possuem contratos com órgãos públicos e/ou empresas privadas e seguem as demandas e exigências destes. Até antes da agroecologia, o assentamento não era considerado produtivo (Cunha *et al.*, 2018). Com o início do projeto, uma parte das famílias aderiu à produção agroecológica, como apontado nas falas:

Começamos a fazer o trabalho. Escolhemos duas horas modelo, que foram escolhidas pelos camponeses por meio de votação, e começamos a fazer uma série de capacitações para produção de hortaliças, montamos experimentos demonstrativos, convidamos um técnico do Sebrae para dar capacitação em planejamento e produção e o pessoal conseguiu começar a produzir. [...] Adquirimos alguns materiais para as hortas modelos, e começamos a ter reuniões mensais (Especialista da Embrapa).

Para provar que era possível produzir e não era uma questão de preguiça... eles eram considerados um bando de preguiçosos... com o dinheiro do projeto nós construímos três poços artesianos, e com o sistema de irrigação nós mostramos que era possível de produzir (Professor da UFMS).

Os produtos agroecológicos tendem a ser comercializados de forma direta (Oliveira; Grisa; Niederle, 2020), e isso se tornou um diferencial dos produtores do Assentamento 72 ao comercializarem seus produtos nas feiras locais. A agroecologia também impôs algumas dificuldades para os camponeses: “Quando começamos a plantar de forma agroecológica ficávamos pensando se íamos conseguir, tínhamos medo de não dar conta de diversificar” (Líder do Grupo Bem-Estar). Ainda assim, a prática se consolidou, tornando-se o maior diferencial produtivo dos camponeses do assentamento e mostrando resultados expressivos (Costa, 2021).

Destaca-se, novamente, o fato de nem todos os camponeses do assentamento terem aderido a essa prática. Além disso, a pesquisa não conseguiu contato com produtores que não aderiram a agroecologia,

mesmo que as entrevistas indiquem outras formas de produção. Isso aponta para várias formas de apropriação do território, algumas pautadas na agroecologia, com comercialização direta (Paulino; Moreira; Almeida, 2018; Oliveira; Grisa; Niederle, 2020), outras com formas de produção seguindo uma lógica de mercado, com contratos e organização vertical (Ramos; Borges, 2021).

É dentro do Grupo Bem-Estar que surgiu o que atualmente se configura como a única atividade coletiva de comercialização no assentamento, o Sacolão Agroecológico:

No grupo fazemos o Sacolão, que já acontece há uns quatro anos. Foi feita uma reunião e percebemos que tínhamos bastante produtos e variedades, então foi feita essa proposta que está dando certo. O funcionamento do Sacolão é bem simples, primeiro entre o grupo nós compartilhamos o que temos disponível que pode ser colhido, é feita uma lista, depois compartilhamos a lista no whatsapp para os clientes e eles vão escolhendo, aí montamos as sacolas por pedido (Líder do Grupo Bem-Estar).

A entrega é feita diretamente para o cliente e não é feita venda de sacolão nas feiras. Vendemos em torno de 20 Sacolões por semana. Os preços dos produtos são tabelados, mas o preço final varia pois cada um monta seu sacolão da sua forma. O contato é feito diretamente com o cliente. Isso facilita a comunicação [...] atualmente nós mesmos cuidamos disso. Os produtos variam de acordo com a produção, mas temos hortaliças de modo geral, ovos, queijo. Uma integrante do grupo faz pão e doces. Hortaliças são os produtos mais vendidos (Líder do Grupo Bem-Estar).

É interessante notar a proximidade com o cliente, a comercialização direta é uma marca da produção agroecológica observada em diversos assentamentos (Paulino; Moreira; Almeida, 2018). A atividade é autogerida pelos camponeses do Grupo Bem-Estar, os relatos apontam que a gestão do Sacolão Agroecológico, assim como a de todas as questões do grupo, preza pelo coletivo, seguindo a equidade na distribuição de renda, na transparência total das informações, entre outras questões que apenas fortalecem as relações entre os camponeses (Coca; Vinha; Cleps Junior, 2021).

A agroecologia se tornou um marco no Assentamento 72, assumindo de fato, dupla função: possui um caráter econômico/produtivo, gerando

renda para o produtor, e também desempenha uma função social, ao preservar a terra e o estilo de vida camponês (Paulino; Moreira; Almeida, 2018; Coca; Vinha; Cleps Junior, 2021; Dourado, 2021). A agroecologia também é muito relevante na relação do camponês com a terra, manifestando territorialidades na dimensão **ambiental**.

A terra assume uma função de resguardar os conhecimentos, a força e o fruto do trabalho, ou seja, o camponês existe com a terra, coexistindo com ela e respeitando seus limites (Ploeg, 2020). A agroecologia, atualmente a principal prática produtiva do Grupo Bem-Estar, expressa essa dinâmica entre camponês e terra: “A plantação é feita no tempo do produto então nos organizamos e fazemos o controle dessa forma” (Líder do Grupo Bem-Estar). A fala da Líder do Grupo Bem-Estar mostra que os camponeses organizam a produção e a comercialização com base no ciclo do produto. Isso é gerido pelos integrantes do grupo.

Ainda que as práticas agroecológicas apontem para o desenvolvimento do território a partir de uma relação harmônica com a terra, há um problema com a falta de água:

A água do nosso poço está se encurtando cada vez mais. Atualmente tem só um poço funcionando que é do assentamento e não é água potável. Isso vai desestimulando. Alguns lutam e persistem, outros desistem e tentam outra coisa. Mas ninguém enxerga isso, só época de eleição que vem muita gente aqui prometendo mas nunca fazem nada. Mentem muito pra gente” (Presidente da Associação de Moradores).

Hoje em dia a gente tem que racionar a água que tem, dividir com animal e plantação. O resultado é que não dá pra manter tudo. E muitos não aguentaram... saíram do assentamento porque não tem água. Na fazenda privada tem água em fartura... tem piscina... e a gente aqui sem nada (Presidente da Associação de Moradores).

As falas apontam tanto para uma justificativa do assentamento ter menos famílias residindo no local, como também para uma realidade de luta constante por um recurso básico que se repete em vários casos (Arbarotti; Martins, 2019). Além disso, as falas destacam uma conturbada relação com a prefeitura local, que não se alinha com as associações do assentamento (tanto a informal quanto a formal) e não busca resolver o problema da falta de água potável.

Por fim, as territorialidades **socioculturais** foram mais evidentes nas conversas com o Grupo Bem-Estar, principalmente por conta da agroecologia, que conferiu novos sentidos de pertencimento (Coca; Vinha; Cleps Junior, 2021; Dourado, 2021), a própria criação do grupo é uma manifestação dessas territorialidades geradas pela agroecologia.

Essas territorialidades confirmam a dupla função da agroecologia, econômica e social, isso fica claro quando os camponeses passam a compreender o que é a agroecológica e entendem suas funções: “O alimento agroecológico ele não é bonito... às vezes tem um furo, um defeito, mas é aí que se sabe que ele é agroecológico mesmo [...]. Hoje nossos clientes sabem que isso é o que o caracteriza como agroecológico” (Líder do Grupo Bem-Estar). Além disso, os camponeses passaram a compreender o sentido da agroecologia enquanto saúde:

Eles demoraram a entender o que era agroecologia, mas agora você já pode perguntar pra eles e vai encontrar alguma formação de conceito muito interessante que está intimamente ligada com a vida deles diretamente e em como fez diferença na vida deles. [...] Hoje eles têm uma frase que é ‘a gente não vende alimento, nós vendemos saúde’ é algo marcante de quem entende do que se trata a agroecologia (Professor da UFMS).

Os bolivianos controlam as feiras então eles têm mais espaços, mas por isso é bom termos diversidades a agroecologia ajuda nisso, os bolivianos sempre produzem e vendem o mesmo, mas nós produzimos diversidades e sem agrotóxicos o que dá uma vantagem. Já quem compra no Sacolão sabe que se trata de um alimento agroecológico, eles sabem que não tem agrotóxico nenhum (Líder do Grupo Bem-Estar).

A experiência agroecológica foi marcante não apenas na transição social dos camponeses, que romperam com o pensamento dominante e passaram a compreender a importância da saúde e do bem-viver, o que contribui para sua luta emancipatória (Dourado, 2021). A questão de viver bem, de melhoria real na vida dos camponeses também foi vista no Assentamento 72:

[...] um dos camponeses mais teimosos que participou do nosso projeto, estava em uma perspectiva muito ruim, estava derrotado. Ele era muito desconfiado, sempre carrancudo, sem sorrir. Um dia, ele estava voltando da feira sorrindo e

assobiando, voltando pra casa com dinheiro e com produtos que tinha comprado pra comida da família (Professor da UFMS).

Em termos de manifestação cultural, não existem festas no assentamento, contudo há ideias que estão em desenvolvimento a partir do Grupo Bem-Estar. A ideia é “[...] fazer uma festa para todos conhecerem o trabalho, dando-lhe visibilidade” (Líder do grupo Bem-Estar). Religiosidade é algo muito marcante em territórios camponeses (Saquet, 2014), e no Assentamento 72 essa questão existe, mas é expressa de maneira individual. Os dados desta pesquisa indicaram que a “[...] religião é algo muito forte aqui” (Líder do Grupo Bem-Estar), contudo, não foi possível averiguar se existiam celebrações religiosas conjuntas.

Ainda, existe o Centro Multiuso Comunitário, localizado dentro do Assentamento 72 com múltiplas funções como escola, atendimento médico e odontológico e igreja. Segundo a fala: “Têm um centro multiuso no assentamento, a gente usa como uma cozinha para fazer doce e pão. É um espaço público do assentamento então podemos usar” (Líder do Grupo Bem-Estar). É um espaço comunitário, e seu uso pode servir como símbolo para reconstituir o senso de coletividade no assentamento, muito embora a pesquisa não tenha destacado o uso frequente do espaço, sua utilização se mostra esporádica.

As impressões e possíveis estradas a serem trilhadas no campo

O território camponês é o território de vida do camponês, onde ele constrói sua existência. Os camponeses buscam formas de produzir e se reproduzir socialmente, baseando-se em seu estilo histórico de vida, ou seja, buscam se emancipar. Seja por práticas agroecológicas e produção orgânica (Dourado, 2021), comercialização direta (Paulino; Moreira; Almeida, 2018), associativismo e união dos atores territoriais (Costa; Martins; Cunha, 2021), entre outras formas. A IAP, somados à Abordagem Territorial e a História Oral, enquanto procedimentos metodológicos permitiram uma compreensão abrangente das territorialidades manifestadas no assentamento (o território estudado) e como os diferentes atores se comportam nesse meio.

Começando pela dimensão política, ao passo que os camponeses que produzem de forma agroecológica, e são membros do Grupo Bem-Estar, estão alinhados enquanto associação com objetivos definidos, existe uma clara falta de alinhamento entre os atores quando se pensa no assentamento como um todo. A Associação de Moradores do Assentamento 72 poderia ser um agente unificador, justamente por abranger a todos os que moram no assentamento, não apenas os produtores agroecológicos, contudo, essa dinâmica não acontece. A associação nasceu de forma imposta e os camponeses não conseguem encontrar nela um pilar em comum (Almeida, 2021).

Apesar de existir uma falta de alinhamento entre todo o assentamento, as dinâmicas existentes entre os camponeses do Grupo Bem-Estar, a UFMS e a Embrapa (a partir do projeto em conjunto) são marcadas por associativismo, autonomia familiar, além de estratégias organizacionais pautadas em decisões democráticas (Guareski et al., 2019; Dias; Kochhann, 2020; Schmirz; Farias, 2021).

Isso foi resultado de um processo que levou anos para se construir, mas ele foi construído de forma orgânica e não imposta. Ao nascer de um senso comum, as associações podem garantir a reprodução da unidade familiar e melhorar a qualidade de vida (Lima; Vargas, 2015). Contudo, nota-se uma grande dependência da UFMS e da Embrapa para o desenvolvimento das atividades no grupo. Nesse sentido, uma alternativa é a proposição de oficinas de gestão coletiva, que engloba ferramentas de gestão e tecnologias acessíveis para a realidade dos camponeses.

Na dimensão econômica, a tecnologia da agroecologia é pautada nos costumes camponeses, aliados à qualidade produtiva alcançada com anos de estudos e avanços científicos. Parte dos camponeses ainda utiliza produção não agroecológica, firmando regimes contratuais com órgãos públicos e/ou mercados e empresas privadas para fornecimento de alimentos. Esses contratos tendem a manter o camponês subordinado às lógicas mercadológicas, e também a condição do mercado (Ramos; Borges, 2021).

Contudo, a agroecologia foi proposta no assentamento como uma forma tanto de inovar a produção, como também de valorizar o trabalho do camponês, livrando-o de contratos que não lhe proporcionavam poder algum. No Grupo Bem-Estar nasceu o Sacolão Agroecológico que dá visibilidade ao assentamento

e promove estratégias para expandir o contato do camponês com o consumidor. A parceria com a Embrapa Pantanal tem proporcionado várias oficinas de produção, o que aumenta a qualidade dos produtos, uma possibilidade a ser estudada é a adesão à certificação, o que pode aumentar as receitas oriundas dos produtos, estudos com diferentes tipos de produção apontam para esse potencial (Souza et al., 2022; Araújo et al., 2023).

Além disso, os resultados apontaram para um espaço comunitário no assentamento (o Centro Multiuso Comunitário). Embora os dados não revelem um uso contínuo ou mesmo, de fato, uma apropriação desse espaço coletivo, somado à produção agroecológica, há a possibilidade de os camponeses planejem e executem festas tradicionais no centro, o que pode até amarrar o assentamento em pequenos roteiros turísticos, com vivências e produtos destinados a esse tipo de consumidor, tal potencial no Assentamento 72 já foi apontado (Kukiel; Costa; Mariani, 2016; Zanetoni; Araújo; Mariani, 2024). Ainda, é possível uma articulação com outros assentamentos que produzem da mesma forma para discussão de uma rede conjunta de comercialização (Oliveira; Grisa; Niederle, 2020).

Uma última questão, que é de fato muito complexa, é a água potável. Uma forma de dar mais força política para o assentamento é a estruturação da associação de moradores (Silva et al., 2019). No Assentamento 72, a associação se encontra em processo de reconstrução e conta com pouca participação coletiva dos assentados, o que dificulta uma pressão vinda da mesma para que o poder público atue na solução da falta de água potável no assentamento. Ainda assim, um possível primeiro passo é a reconstrução da associação, que também pode agir como um elo entre os produtores agroecológicos e os outros produtores do assentamento, além de proporcionar mais força aos assentados para captação de verba e equipamentos.

Considerações finais

O objetivo da pesquisa² foi compreender, de forma multidimensional (política, econômica, ambiental e sociocultural), as territorialidades construídas historicamente no Assentamento 72, em Ladário - MS. Para tanto, os preceitos

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

da IAP foram utilizados, com foco no desenvolvimento pautado na ação conjunta entre pesquisa e território. A Abordagem Territorial, somada à História Oral, permitiu maior profundidade na compreensão das relações e dinâmicas dos atores que se envolvem no cotidiano do assentamento. Assim, todos os procedimentos da pesquisa possibilitaram percepções importantes para apontamentos que podem se tornar ação na comunidade.

Após a conquista da terra, foi imposta a formalização da associação de moradores que acabou por gerar conflitos que não se resolveram, acarretando em um distanciamento entre os camponeses. Com a transição agroecológica, um grupo de camponeses se reuniu de maneira informal e passou a adotar práticas de gestão coletiva. Trata-se do Grupo Bem-Estar, que surgiu a partir das relações dos camponeses com a UFMS e a Embrapa Pantanal, atualmente o grupo é uma organização composta por sete famílias que produzem de forma agroecológica.

É a partir da agroecologia, e das dinâmicas de gestão do Grupo Bem-Estar, que surgiu o Sacolão Agroecológico, uma prática de comercialização dos produtos oriundos dos produtores membros do grupo, que tem como característica a autogestão dos camponeses, equidade na distribuição da renda e aproximação com os clientes. Feiras livres também são formas de comercialização da produção dos camponeses. Além dessas, alguns camponeses - que a pesquisa não obteve contato - produzem e comercializam por meio de contratos e outras formas de governança horizontal.

Contudo, deve-se frisar que o grupo possui uma clara dependência dos atores externos envolvidos (UFMS e Embrapa Pantanal). Portanto, mesmo que a parceria e os diálogos entre esses atores com os camponeses sejam frutíferos, um interessante caminho é fortalecer a gestão do grupo para que tal dependência diminua. As ações do Sacolão podem abrir espaço para outras atividades como vivências e experiências turísticas por meio de festas e pequenas rotas, que unem os produtos com os espaços comunitários do assentamento (como o Centro Comunitário).

Nem todos os camponeses do assentamento aderiram à agroecologia, e existe uma clara falta de alinhamento entre eles. Isso é perceptível, considerando que a Associação de Moradores do Assentamento 72, que poderia ser um elo entre todos os camponeses do assentamento - não apenas os que

produzem de forma agroecológica - acumulou conflitos internos que não se solucionaram. Outro ponto que dificulta a organização dos camponeses é a questão da água potável, que não existe no assentamento, tratando-se de um problema que não encontra solução desde sua criação, em 1999. Assim, é de suma importância que a associação dos moradores se fortaleça e um trabalho nesse sentido já foi iniciado no assentamento.

Por fim, a pesquisa sofre limitações quanto ao acesso a informações, uma vez que, por mais que o contato com líderes dos principais grupos de moradores (tanto formal quanto informal) possa auxiliar na compreensão das dinâmicas no assentamento, a falta de contato com outros tipos de produtores - não apenas os agroecológicos - limita as conclusões que podem ser tomadas. Ainda assim, os diálogos estabelecidos possibilitaram um aprofundamento relevante no contexto do assentamento, entretanto, os dados não podem ser generalizados.

Referências

ALMEIDA, J. G.; MATTOS JUNIOR, J. S. "Pra cá tem campo e pra cá também tem campo, aí nós fica aqui no meio": o campesinato frente à expansão da soja na Microrregião de Chapadinha (MA). Escritas: *Revista do curso de História de Araguaína*, v. 13, n. 1, p. 121-142. 2021.

ALMEIDA, M. G. Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá. *Revista NERA*, v. 24, n. 58, p. 100-124. 2021.

ARAÚJO, G. C.; ZANETONI, J. P. F.; DUPAS, E.; MARIANI, M. A. P. As territorialidades da produção de mel pelos ribeirinhos do Pantanal de Mato Grosso do Sul. *Revista Territorial*, v. 12, n. 01, p. 74-991, 2023.

ARBAROTTI, A. E.; MARTINS, R. C. Mudanças climáticas nos assentamentos rurais: uma etnografia sobre a experiência do futuro. *Retratos de Assentamentos*, v. 22, n. 1, p. 116-138. 2019.

AZAR, Z. S.; BORGES DA SILVA, J. J.; GOMES DA SILVA, A. G. A judicialização e a luta pela terra no Maranhão: o acampamento Marielle Franco - Itinga do Maranhão. *Ciência Geográfica*, v. 25, n. 4. 2021.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 1. ed. Edições 70, 2015.

BIZERRA, F. L.; FERNANDES, B. M. A paralisação da reforma agrária em Mato Grosso do Sul. *Campo-Território*, v. 16, p. 227-247. 2021.

BRINGEL, B.; MALDONADO, E. Pensamento Crítico Latino- Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. *Revista Direito e Práxis*, n. 7, v. 13, p. 389-413, 2016.

COCA, E. L. F.; VINHA, J. F. S. C.; CLEPS JUNIOR, J. Movimento socioterritoriais, agroecologia e soberania alimentar em Minas Gerais: lutas, resistências e desafios do campesinato. *Campo-Território*, v. 16, n. 42, p. 117-144. 2021.

COSTA, E. A. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. *Revista Transporte y Territorio*, n. 9, p.72-93, 2013.

COSTA, E. A. Expressões territoriais da agroecologia. *Magazín Ruralidades y Territorialidades*, v. 7, p. 51-55, 2021.

COSTA, E. A.; MARTINS, B. M. C.; CUNHA, E. S. Transição para a produção orgânica via Organização de Controle Social do Grupo Bem-Estar, Ladário-MS. *GEOGRAFIA ENSINO & PESQUISA*, v. 25, p. 1-33, 2021.

COSTA, E. A.; ZARATE, S. S.; MACEDO, H. A. Princípios do desenvolvimento territorial no assentamento rural 72, em Ladário-MS, Brasil. In: SAQUET, M. A.; DANSERO, E.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs). *Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p.125-145.

CUNHA, E. S.; COSTA, E. A.; CUYATE, R.; SILVA, B. L. P.; FEIDEN, A. Da resistência à transição agroecológica no assentamento 72, Ladário/MS: uma história de luta. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 2. 2018.

DIAS, M. F. P.; KOCHHANN, A. G. Análise das dimensões de governança em redes de empreendimentos solidários: o caso da Rede Bem da Terra. *Redes (St. Cruz Sul, Online)*, v.3, Ed. Especial, p.1909 - 1932. 2020.

DOURADO, N. P. Territorialidade camponesa e o bem viver agroecológico: o caso do assentamento Contestado em Lapa, Paraná. *Campo-Território*, v. 16, n. 41, p. 212-241. 2021.

FALS BORDA, O. *Ciencia propia y colonialismo intelectual*. México: Editoria Inuestro tempo, 1970.

FALS BORDA, O. Reflexiones sobre a aplicación del método de Estudio-Acción en Colombia. *Revista Mexicana de Sociologia*, v. 35, n. 1, 1973.

FALS BORDA, O. *Historia de la cuestión agraria en Colombia*. Bogotá: Publicaciones de la Rosca, 1975.

FALS-BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. *Análisis Político*, v. 38, p. 73-90, 1999.

FEIDEN, A.; COMASTRI FILHO, J. A.; ARAUJO, M. T.; COSTA, E. A. Avaliação participativa de cultivares crioulas e melhoradas de feijão no Assentamento 72 em Ladário, MS. *Cadernos de Agroecologia*, v. 17, p. 1-10, 2022.

FEIDEN, A.; JULIANO, R. S.; COSTA, E. A. Estudo preliminar da criação de aves domésticas diferentes de galinhas pelas mulheres do Grupo Bem-Estar no Assentamento 72 em Ladário MS. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, p. 1-12, 2020.

FUINI, L. L. A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica. *Interações*, v. 15, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2014.

FUINI, L. L. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da geografia brasileira. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 26, n. 1. p. 221-242. 2017.

GUARESKI, A. H. P.; ZACHOW, M.; BASSO, D.; DOTTO, M. L. G. Fatores que influenciam na continuidade de uma ação coletiva: o caso da cooperativa da agricultura familiar COOAFASG de Guaraniaçu - PR. *Revista Orbis Latina*, v. 9, n. 1. 2019.

HAESBAERT, R. Territorio(s) numa perspectiva latino-americana. *Journal of Latin American Geography*, v. 19, n. 1. 2020.

KUKIEL, E.D.G.; COSTA, E.A.; MARIANI, M.A.P. O turismo de base local e o desenvolvimento territorial do Assentamento 72 em Ladário (MS). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v.9, n.1, P. 133-151. 2016.

LIMA F. A. X.; VARGAS, L. P. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. *Revista Ceres*, v. 62, n.2, p. 159-166. 2015.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2 ed. 4 reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Reforma Agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. *Revista AGRÁRIA*, n. 14, p. 4-22. 2011.

MONTEIRO, R. M. Morar, crer e trabalhar: a (re)produção das territorialidades camponesas nos assentamentos rurais do sudeste goiano (GO). *GEOUSO Espaço e Tempo (Online)*, v. 25, n. 2, p. e-144006. 2021.

MORAIS, A. C.; ALMEIDA, R. C. M. Luta pela terra e território: mulheres camponesas e os desafios na construção do assentamento Oziel

Alves, Porto Franco, Maranhão. *Perspectivas em Diálogo*, Naviraí, v. 8, n. 18, p. 261-275. 2021.

MORAIS, H. A. Território e territorialidades: dimensões constitutivas da relação homem e meio ambiente. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v.11, n.01, p. 206-222. 2018.

MOREIRA, F. G. As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS. *Revista NERA*, v. 23, n. 55, p. 165-190. 2020.

OLIVEIRA, D.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. *Redes (St. Cruz Sul, Online)*, v.25, n.1, p. 135-163. 2020.

OLIVEIRA, M. L. R. Relações de trabalho e organização da produção no assentamento Vereda I - Padre Bernardo - GO. *HOLOS*, ano 31, v. 1, p. 160-170. 2015.

PAULINO, E. T.; MOREIRA, R. M. P.; ALMEIDA, R. A. Produção agroecológica para construção de autonomias no campo e na cidade: uma experiência em Três Lagoas-MS e Londrina-PR. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 2. 2018.

PLOEG, J. D.V. D. *Peasant Agriculture*. International Encyclopedia of Human Geography (Second Edition). pp. 49-54. 2020.

RAMOS, E. A.; BORGES, A. C. G. As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais. *Revista NERA*, v. 24, n. 59, p. 36-57. 2021.

SAQUET, M. A. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. *Mercator*, v. 13, n. 2, p. 125-143. 2014.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, v. 20, n. 3, p. 479-505, Set.-Dez. 2018.

SCHMITZ, H.; FARIAS, E. S. Cooperação e persistência: um estudo da ação coletiva de agricultores familiares no Oeste do Pará, Amazônia. *Redes (St. Cruz Sul, Online)*, v.26. 2021.

SILVA, D. A; SILVA, R. O. Trabalho e economia solidária na formação identitária do Assentamento Florestan Fernandes. *Diversitas Journal*, v. 5, n. 2, p. 1398-1410. 2020.

SILVA, R. C.; SILVA, J. P.; MATOS, I. F.; CARNICEL, J. L. S.; PEIXOTO, F. C.; LOPES, P. R.; SOUZA, J. L.; JESUS, M. O.; CALDAS, R. B.; NASCIMENTO, M. V.; RANGEL, I. M. L.; RANGEL, R. P.; SANTOS, J. D. Geração de renda no assentamento agroecológico Jacy Rocha com venda direta: construção de alternativas sustentáveis. *Revista Fitos*. 2019.

SOUZA, L. M; TECCHIO, A.; CHECHI, L. A.; CAZELLA, A. A. A marca territorial Sabor Serrano e a agroindústria familiar de base agroecológica na Serra Catarinense (Brasil). *Agrociencia*, v. 26, n. (especial). 2022.

TOURTIER-BONAZZI, C. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

VAZ DE MOURA, J. T.; SOUSA MOREIRA, I. A abordagem territorial do desenvolvimento a partir da perspectiva relacional: uma proposta teórica preliminar. *Redes (Santa Cruz do Sul)*, v. 19, n. 1, p. 58-73, jan.-abr./2014.

VELÁSQUEZ, L.; ALVARADO, S.; BARROETA, V. Investigación-acción-participativa: alternativa metodológica para el estudio de las comunidades. La visión de Orlando Fals Borda. *Revista Cientific*, v. 6, n. 21, p. 314-335. 2021.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *RESR.*, v. 51, n. 1, p. 25-44. 2015.

ZANETONI, J. P. F.; ARAÚJO, G. C.; MARIANI, M. A. P. O Potencial do Turismo de Base Comunitária (TBC) no Assentamento 72 em Ladário no Mato Grosso do Sul. *Revista Turismo Visão e Ação*, v. 26, 2024.

João Pedro Ferraz Zanetoni

Assistente em Administração no Câmpus de Naviraí (CPNV) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), é doutorando em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAD) da UFMS, integrante-pesquisador de projetos e grupos de pesquisa que desenvolvem trabalhos sobre estudos organizacionais decoloniais, comunidades rurais, economia solidária e turismo de base comunitária (TBC). É mestre em Administração pelo PPGAD/UFMS, especialista em Estatística Aplicada pela UNOPAR e bacharel em Administração pelo Câmpus de Paranaíba (CPAR) da UFMS, onde participou de pesquisas na área de negócios com impacto social e turismo de base comunitária, também trabalhou com projetos de cultura, além de ter feito parte do Time Enactus UFMS Campo Grande entre 2022 e 2023.

E-mail: joao.zanetoni@ufms.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3902447883466521>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9272-4898>

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Pós-Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo. Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2001). Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1987). Atualmente é professor Titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Administração e em Estudos Fronteiriços. Tem experiência na área de Administração, Turismo, Desenvolvimento Regional e Local, Tecnologias Sociais, Economia Solidária e Planejamento Turístico. Participação nos conselhos editoriais das revistas: Revista Geo Pantanal - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Corumbá, Revista Interações - Universidade Católica Dom Bosco e Revista Brasileira de Ecoturismo - Sociedade Brasileira de Ecoturismo.

E-mail: milton.mariani@ufms.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0935409945176042>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9485-0150>

Geraldino Carneiro de Araújo

Bacharel em Administração (2002), Mestre em Agronegócios (2006) e Doutor em Administração (2015). Desde 2009 sou professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e desde 2016 estou vinculado ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Escola de Administração e Negócios (UFMS/ESAN) como professor permanente. Lidero os grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cooperativismo e Economia Solidária e o Núcleo de Estudos em Gestão, Inovação e Sustentabilidade. Coordeno projetos envolvendo negócios de impacto e organizações públicas, com experiência em Estudos Organizacionais (práticas transformadoras; relacionamentos organizacionais e comportamento e interações sociais na organização) nas áreas de organizações públicas e inovação social.

E-mail: geraldino.araujo@ufms.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9432895074645169>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7506-703X>

Recebido para publicação em abril de 2025.

Aprovado para publicação em setembro de 2025.